



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

361) Assinale a alternativa correta

- a) induzir (plantar a idéia), instigar (reforçar a idéia já existente) ou prestar-lhe auxílio a alguém a se suicidar é punido se da tentativa do suicídio o agente sofre lesões leves.
- b) matar o próprio filho, logo após o parto ou durante este é considerado infanticídio.
- c) a pena é duplicada no crime do induzimento, instigação ou auxílio a suicídio quando o crime é praticado por motivo egoístico.
- d) matar o próprio filho, sob o estado puerperal, é considerado infanticídio.

RESPOSTA: C, pois está em conformidade com o artigo 122, parágrafo único, inciso I, do Código Penal.

A alternativa A é errada pois tal crime se consuma quando a tentativa de suicídio provoca lesões graves ou a morte do suicida.

As alternativas B e D estão erradas pois tal crime, para ser caracterizado deve ser cometido pela mãe que, sob influencia do estado puerperal (estado físico e psicológico que toda mulher sofre quando do parto), mata o próprio filho durante o parto ou logo após ele (geralmente tal estado puerperal pode chegar a duas semanas.).

362) Sobre o crime de aborto assinale a alternativa incorreta

- a) provocar aborto em si mesma é considerado crime.
- b) consentir que outrem lhe pratique o aborto é considerado crime.
- c) provocar o aborto com consentimento da gestante não é considerado crime.
- d) a pratica do aborto não é punida se for praticada pelo médico quando a gravidez resultar de estupro.

RESPOSTA: C, pois provocar aborto com o consentimento da gestante é considerado crime, conforme artigo 126 do Código Penal. A gestante que consente com o aborto responde pelo artigo 124 e o terceiro responde por este artigo.

363) Sobre as lesões corporais assinale a alternativa correta.

- a) é considerada lesão grave se resultar enfermidade incurável.
- b) é considerada lesão grave se resultar incapacidade temporária por mais de vinte dias.
- c) é considerada lesão grave se resultar aborto.
- d) é considerada lesão grave se resultar aceleração do parto.

RESPOSTA: D, pois tal hipótese é prevista no artigo 129, §1º, IV. As demais hipóteses são consideradas lesões gravíssimas, constantes no rol do parágrafo segundo, deste artigo.

364) Estudando as lesões corporais assinale a alternativa incorreta.

- a) se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral o sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b) o juiz, mesmo sendo graves as lesões, pode substituir a pena de detenção pela de multa se as lesões forem recíprocas.
- c) Aumenta-se a pena de um terço se as lesões forem dolosas e a vítima for menor de quatorze ou maior de sessenta anos. (artigo 129, §7º, combinado com o artigo 121, §4º).
- d) Aplica-se à lesão culposa o disposto no artigo 121, §5º, quando as consequências do crime atingirem o agente de forma tão grave (física ou psicológica), que a sanção penal é desnecessária, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

RESPOSTA: B. Pois não está de acordo com o artigo 129, §5º, II, neste caso somente é aplicável às lesões leves.

365) Sobre o crime de peculato, previsto no artigo 312, do Código Penal aponte a alternativa correta.

- a) comete o crime o funcionário publico que se apropria de dinheiro, valor, imóvel e ou outro qualquer outro bem móvel.
- b) comete o crime o funcionário desvia dinheiro, valores, bens móveis ou imóveis que tem a posse em razão do cargo.
- c) também comete o funcionário que, embora não tenha posse do dinheiro, valores ou bens móveis, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- d) se o peculato for culposos a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz a pena em um terço, se após, reduz e pena em metade.

RESPOSTA: C. Sendo tal alternativa prevista no artigo 312, §1º, do Código Penal, crime este chamado de PECULATO FURTO, pois a conduta do funcionário publico é subtrair.

A alternativa A é errada pois bens imóveis não podem serem apropriados neste crime, que prevê como objeto material (onde recai o crime) dinheiro, valores, bens móveis públicos ou particulares que estão à disposição ou na guarda da administração publica. Por igual motivo a alternativa B também é errada pois prevê bens imóveis. Já a alternativa D é errada pois na hipótese de peculato culposos, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a pena, se depois, reduz a metade da pena. LEMBRAR QUE SE APLICA SOMENTE NO PECULATO CULPOSO !

366) Aponte a assertiva correta

- a) o funcionário autorizado que insere indevidamente dados falsos ou verdadeiros comete o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações, previsto no artigo 313-A, o chamado Peculato Eletrônico.
- b) o funcionário autorizado que altera ou exclui dados corretos ou falsos indevidamente dos bancos de dados da administração comete o delito do artigo 313-A.
- c) o funcionário autorizado que, indevidamente, facilitar a inserção de dados falsos no banco de dados da administração publica comete o crime previsto no artigo 313-A do Código Penal.
- d) o funcionário que modificar sistema de informações ou programa de informática, mesmo que autorizado pela autoridade competente comete o crime previsto no artigo 313-B, do Código Penal.

RESPOSTA: C, pois está em conformidade com o artigo 313-A, do Código Penal. As alternativas A e B são erradas pois prevêm a inserção de dados verdadeiros e a exclusão de dados falsos, sendo que tais atos são a obrigação do funcionário publico. Quem insere dados verdadeiros está cumprido o seu dever. Por sua vez, quem exclui dados falsos também está cumprido o seu dever. Já a alternativa D é errada pois as ações descritas na alternativa não podem ter sido autorizadas pela autoridade competente.

367) Aponte a alternativa que está em conformidade com o texto do Código Penal.

- a) comete o delito do artigo 314 do Código Penal o funcionário que extravvia, culposamente, livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo.
- b) comete o delito do artigo 314 do Código Penal o funcionário que inutiliza dolosamente, livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo.
- c) comete o delito do artigo 313 do Código Penal, peculato mediante erro de outrem, ou peculato estelionato quem se apropria de dinheiro ou qualquer outra utilidade que, mesmo que não estiver no exercício do cargo, recebeu por erro de terceiros.
- d) comete o delito do artigo 315 do Código Penal quem destina verbas ou rendas publicas conforme previsto em lei.

RESPOSTA: B, o artigo 314 somente prevê o cometimento deste crime na forma dolosa, pois não há previsão do cometimento na forma culposa, portanto, a alternativa A é incorreta. Já a assertiva C é incorreta pois o peculato estelionato deve ser cometido pelo funcionário que recebe, no exercício do cargo, dinheiro ou qualquer outra utilidade por erro de outrem. A alternativa D é falsa pois quem dá às rendas e verbas publicas a destinação prevista na lei não comete crime, pois é dever do cargo.

368) Sobre o crime de concussão, previsto no artigo 316 do Código Penal, assinale a incorreta

- a) comete o crime o funcionário publico que exige somente para si , direta ou indiretamente, vantagem indevida, em razão do cargo, mesmo que fora da função ou antes de assumi-la.
- b) comete o crime de excesso de exação o funcionário público que exige tributo que sabe ser indevido.
- c) comete o crime de excesso de exação o funcionário público que exige tributo devido, mas emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso para o contribuinte, que a lei não autorize.
- d) se o funcionário desvia, em proveito próprio ou alheio, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos terá a pena agravada em relação àquela prevista no caput do artigo 316.

RESPOSTA: A. O delito do artigo 316 pune a exigência feita pelo funcionário publico em proveito próprio ou de outrem, por isso a alternativa A é incorreta. As demais alternativas são corretas, pois trazem o texto previsto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 316, do Código Penal.

369) O delito de corrupção passiva é previsto no artigo 317 do Código Penal. Diante do exposto e de acordo com o texto do Código Penal, assinale a afirmação correta.

- a) comete tal crime o funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) comete tal crime o funcionário público que constrange mediante violência ou grave ameaça a obtenção de vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- c) a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, mesmo que sem infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, terá a sua pena reduzida para detenção de três meses a um ano ou somente a pena de multa.

RESPOSTA: C, pois está de acordo com o artigo 317, §1º, do CP. As alternativas A e B, trazem os verbos, respectivamente, dos crimes de concussão e extorsão. A alternativa D é errada pois tal crime é praticado se o servidor infringir dever funcional.

370) Aponte a assertiva que não corresponde ao texto do Código Penal.

- a) quem facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho comete a crime de facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) retardar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal ou sentimento pessoal é o que consta no crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- c) quem deixa de praticar, devidamente, ato de ofício para satisfazer interesse público comete o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- d) deixar o Diretor de Penitenciária ou agente público de cumprir o seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, permitindo, assim a comunicação com os outros presos e com o ambiente externo é texto previsto no artigo 319-A do Código Penal.

RESPOSTA: C, pois o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício, devidamente, para atender o interesse público não comete crime algum, ao contrário estará cumprindo o seu dever.